



A DOCÊNCIA NA PRÁTICA: DESAFIOS INICIAIS ENTRE A TEORIA E PRÁTICA

Marluce Albring Coutinho
Prefeitura Municipal de Porto Alegre
marluce.coutinho@gmail.com

Ser professora é estar sempre com uma história, um episódio da sala de aula na ponta da língua para qualquer “evento” social, familiar, entre amigos que estivermos participando. E não poderia ser diferente, afinal a sala de aula é palco para ideias, aprendizados, experiências e para experienciar! E são tantas coisas para contar! Eu, professora da escola pública há apenas alguns meses já vejo o quanto nós temos episódios que nos instigam a pensar e repensar a nossa prática docente a cada dia, a cada noite, que estamos em sala.

O que propus trazer nesse texto é um pouco da minha angústia enquanto professora “nova”... (pesquisadora nem tanto). Angústia de alguém que estuda e pesquisa as salas de aulas da EJA há alguns anos buscando tentar entender que matemática é essa que permeia essas salas de aula. Alguém que, agora, há alguns meses, está efetivamente em sala de aula de turmas da EJA e que começou a questionar onde estão meus anos de estudo, leitura e escrita sobre essas salas.

Durante minha caminhada acadêmica busquei entender as diferentes matemáticas que se apresentam nas salas de aula da EJA. A matemática do dia a dia, aquela matemática exercida durante as atividades laborais ou da vida cotidiana, e, um termo que passo a usar: a matemática da rua! E muitas vezes remeto-me ao texto “Na vida, dez; na escola, zero” (CARRAHER *et al*, 1982) que relata uma experiência com crianças analisadas em contextos de trabalho na feira e posteriormente com situações parecidas em ambiente escolar. Na minha leitura do texto, aquela matemática da feira, da rua, parecia ser simples, direta, objetiva; parecia fazer sentido para aquelas crianças. E foi ele que me instigou a pensar o que a sala de aula ou a matemática escolar têm para não fazer sentido para alguns alunos.

Por que falo disso? Bem, desde abril de 2022 estou lecionando em uma escola da rede municipal de Porto Alegre, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre, que tem um público bem diferente das escolas “habituais” do município. A EPA, como é



chamada, trabalha com pessoas em situação de rua, de vulnerabilidade social. Alunos que, muitas vezes, não tem um teto para passar a noite e ficam pelas ruas de Porto Alegre. Assim, o que tenho como público-alvo das aulas de matemática são jovens, adultos e idosos, a maioria homens (são poucas mulheres), que dormem na rua ou em albergues comunitários e, principalmente, vivem DA rua. Seus empregos são informais: catadores de papel, revendedores de frutas, verduras e legumes, vendedores ambulantes em eventos da cidade ou guardadores de carros em estacionamentos públicos. É a realidade de quem vive um dia de cada vez, um dia depois do outro, e frequentam uma escola que busca resgatar autoestima, dignidade, família, valores, mas também não deixa de ser uma escola e busca transmitir conhecimento.

Ao optar por lecionar nessa escola eu tinha (e ainda tenho) o objetivo de desenvolver uma prática pedagógica que seja capaz de formar cidadãos e trabalhar com a matemática de forma a auxiliá-los nas demandas e organizações do dia a dia. Enquanto professora e pesquisadora e a partir das leituras realizadas, observei que poderia utilizar a matemática da rua, e a partir dela construir conceitos da disciplina. Poderia pensar na diferença entre matemática escolar e a da rua, que o texto “Na vida, dez; na escola, zero”, me fez refletir. O primeiro passo para isso, a meu ver, seria conhecer os alunos, com o que trabalham e como (sobre)vivem. Tarefa difícil, pois, ouvir as histórias deles não é igual ouvir uma amiga falar sobre o que aconteceu na semana passada. São histórias de vida de trabalhadores que estão buscando formas de manter-se vivo dentro de uma sociedade que os marginaliza, de sistema de segurança que joga fora o único cobertor que teriam para passar a noite do inverno gaúcho, de pessoas que tem horário para sair da aula pois o bairro está em guerra de facções e tem toque de recolher. Além disso, muitos alunos possuem histórico de dependência química ou doenças psíquicas, causadas pela vida na rua ou que foram motivos para estarem na rua. Então, ouvir suas histórias consiste em ouvir relatos de situações que os traumatizaram; que foram estopim para o início de um vício (ou recaída); que remontam a uma infância sem cuidados, sem carinho, sem família... São pessoas carentes em quase todos os aspectos.

Assim como outras turmas da EJA, os alunos e alunas da EPA são infrequentes: o público de uma aula é diferente do público da próxima. Alguns se mantêm assíduos, mas



geralmente o grupo é variado. Com isso, tenho o meu primeiro aprendizado: as aulas de matemática precisam ter início, meio e fim. Devem seguir uma linearidade no assunto pois eles cobram isso, mas uma atividade iniciada em uma aula talvez não possa ser terminada na próxima, considerando que posso ter outras pessoas presentes. Eu, que sou agarrada em planejamento, tive que “virar a chave” e pensar em uma prática por encontros. E ainda assim, pensar que dentro da mesma sala posso ter alunos com muita facilidade em abordar algum assunto e outros que possuem dificuldades de escrever, por exemplo. É necessário ter plano A, B, C... e estar preparada para improvisar, se for necessário.

Mas, que matemática que levaria para esses alunos? No meu primeiro dia na escola eu me senti uma *pop star*: os alunos estavam eufóricos por voltar a ter professora de matemática e poderem retomar os estudos dessa disciplina que eles consideram tão importante. Mesmo aqueles que relataram não gostar de matemática salientavam a importância de estudar essa disciplina. “*Matemática é bom para a vida! Tem que ter na escola.*”.

A pergunta de qual matemática ensinar segue martelando meus pensamentos. A matemática da rua é algo que eles conhecem e me ensinam diariamente como resolver seus problemas. São formas de cálculo, de contabilizar dinheiro, de raciocinar o que é viável de acordo com a situação abordada. Tomo isso como balizador: vamos trabalhar com situações, problemas, que envolvam suas realidades: compra de mercadorias para revenda; situações de compra e venda com comércio, construção de casas/barracos, receitas e proporção para quantidade de pessoas.

Contudo, sinto alguns empecilhos e que são verbalizados pelos alunos: nessas situações eles sabem “se virar”. Estão na escola e buscam “*aprender daquele jeito que as crianças aprendem*” ou “*do jeito da escola, do jeito certo*” (falas deles). Então, percebo que existe nas suas memórias e reminiscências, um padrão de escola e, principalmente, um padrão de matemática que eles valorizam e consideram certo. Existem conteúdos que eles verbalizam querer aprender, como por exemplo, potenciação. Um dos alunos geralmente compara: “*isso que a professora está explicando é tranquilo, vai lá para a T6 aprender*”.



potenciação para ver...”. Traços de que existe um saber da matemática escolar que é comum, conhecido, partilhado por eles, inclusive aqueles que não finalizaram o ensino fundamental.

Retomo minhas reflexões: que matemática ensinar? O que realmente é útil para eles? Mas, essencialmente a pergunta que me causa mais angústia atualmente: de que forma estudar matemática com eles? Como entrelaçar o conhecimento deles com as suas buscas de conhecimento? O estar e permanecer em sala está ligado com o interesse deles no assunto e tornar a aula atrativa é um desafio diário! Desafio e, talvez, utopia.

Buscar uma prática dialogada, com resolução de problemas focados na discussão coletiva, algumas vezes foi criticado pelos alunos: “*não vai escrever nada no quadro?*” ou, “*não vai ter continha?*”. O inverso também é questionado: “*eu já fiz de cabeça, preciso escrever no caderno?*”. Não, não precisa, a meu ver. Mas, por outro lado, considero que precisa, pois a escrita matemática é uma habilidade que a escola ensina... mas a rua não. E entro nessa dicotomia e divergências de opiniões pedagógicas que martelam diariamente meus planejamentos e minhas práticas.

Além das turmas de matemática, sou responsável por uma turma de projeto de matemática financeira oferecida no turno inverso. Esse projeto foi efetivado, segundo a direção da escola, a partir de uma solicitação dos próprios alunos do ano anterior, que solicitaram a integração de aulas de planejamento financeiro na escola. Muitos deles recebem auxílios federais, estaduais ou municipais (dependendo do tipo de auxílio) e sentem a necessidade de planejar-se para cumprir um mês de obrigações financeiras. Além disso, a realidade que alguns apresentam é de um círculo social “interesseiro”, em que algumas pessoas se aproximam deles visando esses valores financeiros recebidos por eles. Nessas aulas, observei a dificuldade que muitos deles possuem em trabalhar e lidar com números na casa dos milhares. Problemas que envolvem valores até R\$ 600,00, por exemplo, são possíveis de ser contextualizados e interpretados por eles. Agora, aumentar para R\$ 800,00 ou R\$ 1.000,00 faz com que o problema se torne mais difícil e, às vezes, impossível de ser resolvido. Para mim, uma alteração simples: da centena para o milhar. Na prática, uma troca de ordem de grandeza que foge da realidade palpável desses adultos. Esse é um dos aprendizados que a prática nessa escola está me proporcionando: observar que a idade física



dos alunos não é um indicador direto da concretização de algumas habilidades que eu considerava “trivial” na idade adulta.

A minha trajetória teórica sobre as salas de aula da EJA sempre mostrou o quanto é importante uma prática dialogada que valorize os conhecimentos e a bagagem cultural e social dos alunos. Mas, a prática me mostra que é “mais fácil” e talvez mais atrativo para esses alunos eu seguir uma linha de aula de matemática “padrão”, aquela tradicional que eles consideram como aula de matemática: contas, problemas, exatidão na resposta, maneira certa de resolver, escrever e o “visto” da professora no caderno.

Honestidade de uma professora de 60 horas: o mais fácil às vezes vence. Mas, também percebo o quanto tenho um campo vasto de estudo e de possibilidade de exploração. Agora tenho contato com a matemática da rua, literalmente. Com pessoas que fazem matemática na rua. Tenho o desafio de entrelaçar e focar no conhecimento deles, mas também promover atratividade para eles estarem e, principalmente, permanecerem em sala. E “*não tem receita de bolo*” (como costume falar em sala) para as aulas de matemática. É o dia a dia, o cotidiano da escola, os imprevistos da sala de aula que vão criar episódios capazes de agradar (ou não) os alunos; capazes de promover conhecimento matemático que os auxilie para a vida na rua. A prática dará o tom; a teoria e o compartilhamento de experiências com outros professores, o embasamento e força para não cair nas garras tentadoras da aula “mais fácil”.

Ao optar por escrever esse texto, além de divulgar essa escola e o trabalho pedagógico e social que está sendo exercido nela diariamente pelos professores que a compõem, também tinha como objetivo compartilhar a experiência e a realidade de uma sala de aula da EJA com alunos em situação de rua, que tem a matemática como aliada nas batalhas do dia a dia. Mas, principalmente, buscar dialogar com outros professores, mestres, doutores, pesquisadores, sobre as angústias deflagradas nesse ano de docência e sobre as aulas de matemática da EJA e o seu papel para a formação de cidadãos. Qual o papel da escola, enquanto formadora de cidadãos, qual o papel da EJA enquanto política pública, qual o papel dos professores diante desse contexto e realidade social e, no caso específico da



disciplina, qual o papel da matemática diante dessa realidade e como ela pode contribuir para esses alunos.

REFERÊNCIAS

CARRAHER, Terezinha Nunes; CARRAHER, David William; SCHLIEMANN, Analúcia Dias. Na vida dez; na escola zero: os contextos culturais da aprendizagem da matemática. **Cadernos de pesquisa**, n. 42, p. 79-86, 1982.